



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

KARINA SOUZA DE OLIVEIRA

**CENÁRIO DO ENSINO REMOTO BRASILEIRO DA MODALIDADE
EDUCAÇÃO ESPECIAL**

João Pessoa
2022

KARINA SOUZA DE OLIVEIRA

**CENÁRIO DO ENSINO REMOTO BRASILEIRO DA MODALIDADE
EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título da licenciatura plena
em Pedagogia, pela Universidade
Federal da Paraíba.

Orientadora: Dra. Munique Massaro

João Pessoa
2022

**Catálogo na publicação Seção de
Catálogo e Classificação**

O48c Oliveira, Karina Souza de.

Cenário do ensino remoto brasileiro da modalidade educação especial / Karina Souza de Oliveira. - João Pessoa, 2022.

40f. : il.

Orientação: Munique Massaro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação especial. 2. Ensino remoto. 3. Tecnologia. I. Massaro, Munique. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37(043.2)

KARINA SOUZA DE OLIVEIRA

**CENÁRIO DO ENSINO REMOTO BRASILEIRO DA MODALIDADE
EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção do título da
licenciatura plena em Pedagogia,
pela Universidade Federal da
Paraíba.

Orientadora: Dra. Munique Massaro

Data de Aprovação: 28 de novembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Munique Massaro

Profa. Dra. Munique Massaro (UFPB)

Izaura Maria de Andrade da Silva

Profa. Dra. Izaura Maria de Andrade da Silva (UFPB)

Janine Marta Coelho Rodrigues

Profa. Dra. Janine Marta Coelho Rodrigues (UFPB)

João Pessoa
2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao Pai Celestial, por ter me dado força para superar as dificuldades.

A minha mãe, Valdiniede, minha filha, Ana Julia e ao, João pelo incentivo e apoio, sempre me ajudando a ultrapassar os obstáculos encontrados ao longo do curso.

A minha orientadora Munique Massaro, pelo suporte nas orientações.

E a todos que fizeram parte e me permitiram um melhor desempenho no meu processo de formação profissional.

Muito obrigado!

RESUMO

As escolas, durante a pandemia da Covid-19, precisaram se inovar, trazendo estratégias para que a educação não fosse interrompida. Uma dessas estratégias adotadas foi o ensino remoto, entretanto, há a reflexão se os alunos público-alvo da Educação Especial participaram e foram incluídos nessas estratégias. Desta forma, este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo descrever os resultados de pesquisas a respeito da modalidade de Educação Especial no Ensino Remoto publicados em artigos científicos. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, de cunho descritivo. Para a busca dos artigos científicos, foi utilizado o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e as palavras-chaves educação especial e ensino remoto. Após a busca, foram identificados 24 artigos científicos, no entanto, após a leitura de todos os títulos, foi evidenciado que apenas cinco artigos tratavam acerca do tema desta pesquisa. Assim, os cinco artigos foram lidos integralmente, determinadas informações foram detalhadas em um quadro e os resultados das pesquisas científicas foram descritos. Neste estudo, refletiu-se sobre as novas possibilidades apresentadas pelas escolas com ferramentas pedagógicas e a aplicabilidade das tecnologias na Educação Especial em uma perspectiva inclusiva no cenário do ensino remoto. Contudo, observou-se, por meio dos resultados das pesquisas, que a desigualdade com o ensino remoto para os alunos público-alvo da Educação Especial foi intensificada, mas também foram criadas uma maior colaboração entre a família e a escola para o desenvolvimento dos processos de aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: Educação Especial; ensino remoto; tecnologia.

ABSTRACT

Schools, during the Covid-19 pandemic, needed to innovate, bringing strategies so that education was not interrupted. One of these strategies adopted was remote teaching, however, there is a reflection on whether the target audience of Special Education students participated and were included in these strategies. Thus, this course completion work aimed to describe the results of research on the modality of Special Education in Remote Teaching published in scientific articles. Bibliographic research was carried out, with a qualitative approach, with a descriptive nature. For the search for scientific articles, the Journal Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel and the keywords special education and remote teaching were used. After the search, 24 scientific articles were identified, however, after reading all the titles, it was evidenced that only five articles dealt with the theme of this research. Thus, the five articles were read in full, certain information was detailed in a table and the results of scientific research were described. This study reflected on the new possibilities presented by the school with pedagogical tools and the applicability of technologies in Special Education from an inclusive perspective in the remote teaching scenario. However, it was observed, through the results of the research, that the inequality with remote teaching for the target audience of Special Education students was intensified, but a greater collaboration between the family and the school was also created for the development of processes of student learning.

Keyword: Special Education; remote learning; technology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE AS NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO.....	12
2.2 DIREITO À EDUCAÇÃO A TODOS.....	17
2.2.1 MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	18
2.3 PANDEMIA	22
2.3.1 ENSINO REMOTO NO BRASIL.....	23
2.3.2 ENSINO REMOTO E EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	28
3 PERCURSO METODOLÓGICO	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19, que atingiu o planeta no início do ano de 2020, configurou no âmbito educacional brasileiro inúmeras respostas no que concerne à suspensão das aulas presenciais determinada pelo necessário distanciamento social.

Durante a pandemia, a sociedade se deparou com um complexo cenário educacional, pois muitos estudantes não possuíam condições para acessar as tecnologias ou mesmo não tinham a convivência e habilidade com o meio digital. No entanto, a proposta escolar foi que houvesse continuidade nos estudos, sem interrupção. Nesse contexto, há a reflexão se a educação ocorreu de modo acessível a todos.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de refletir sobre a implementação do ensino remoto que garanta o direito à educação de todos os estudantes e, principalmente, dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Nesse parâmetro, ressalta-se que a sociedade vive de forma desigual, ou seja, um grupo tem condições adequadas, com acesso à internet, aparatos tecnológicos, espaço físico, que promovem o acesso às aulas virtuais, mas também há outro grande grupo, sem acesso às condições básicas de saúde, habitação e alimentação, como também aos aparatos tecnológicos (ALVES *et al.*, 2020).

Tanto na educação básica, quanto no ensino superior, na iniciativa privada e nas redes públicas, em grande ou pequena proporção, foram improvisadas as aulas num processo remoto, perpassando à produção dos conteúdos digitais mínimos para assim prosseguir com as aulas.

No ensino da rede privada, o resultado foi mais imediato e em grande proporção, também significativamente no ensino superior. Muitas instituições aproveitaram-se da prática da educação à distância, que utilizam plataformas digitais e disponibilizam conteúdo virtual, para executar situações favoráveis mediante à interrupção das aulas presenciais.

A partir desse cenário, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral descrever os resultados de pesquisas a respeito da modalidade de Educação Especial no Ensino Remoto publicados em artigos científicos.

Considerando esse objetivo, tal estudo pode contribuir para uma reflexão sobre os meios tecnológicos que podem ser aliados à prática pedagógica promissora e enriquecedora no processo de ensino e aprendizagem.

Entretanto, como foi mencionado anteriormente, o isolamento social alterou o modo de se comportar dos que atuam participando ou influenciando, de maneira direta ou indiretamente a escola como um todo, se referindo aos professores, alunos, pais, comunidades e governantes, promovendo iniciativas que estimulem a modificação de suas atividades, buscando no ensino remoto um meio para dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem.

Afirmou-se que a situação da pandemia se configurou em tempos de conturbação e dificuldades, que respingam no âmbito educacional de forma mais evidente, ressaltando que ele é imagem de todas as áreas sociais. E, se tratando da modalidade da Educação Especial, tais vulnerabilidades são ainda mais impactantes, cobrando-se o pleno direito de amplitude de acessibilidade às inovações digitais, entendendo que já existe um histórico que nos esclarece a incessante luta na defesa dos direitos da pessoa com deficiência desde antes da pandemia.

A partir desse contexto, este trabalho foi estruturado de modo que o referencial teórico trata da proposta da utilização de novas tecnologias como ferramenta pedagógica de suma relevância no processo de ensino e aprendizagem. Ainda nesse capítulo buscou-se mostrar como as tecnologias foram evoluindo no decorrer da história e foi perpassando no campo educacional e envolvendo professores, alunos, a comunidade escolar e a sociedade como um todo. Também buscou-se fazer um breve histórico da legislação educacional brasileira, com a finalidade de situar o leitor no panorama da educação, tal como a Educação Especial e suas configurações, baseadas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Em seguida, foi visto como os países foram conduzidos a implantar estratégias de ensino variadas com o objetivo de tentar superar os impactos provocados pela pandemia no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, considerando que os relevantes números da Covid-19 causaram grande impacto na educação. Dentre os sistemas variados que permearam o processo educativo,

destaca-se o ensino remoto, que visou explorar conteúdos e atividades de maneira virtual.

Já no capítulo 3 foi descrito o percurso metodológico para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, que trata de uma pesquisa bibliográfica, de cunho descritivo, com abordagem qualitativa. E no capítulo 4 foram descritos os resultados das pesquisas publicadas em artigos científicos a respeito da Educação Especial no cenário do ensino remoto.

Por fim, encerrou-se este trabalho com as considerações finais, entendendo que as tecnologias podem ser uma grande ferramenta que contribui de maneira significativa no processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos, desde que sejam acessíveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem a finalidade de apresentar a fundamentação teórica deste estudo, buscando uma prática pedagógica para melhoria no processo de ensino e aprendizagem a partir da utilização das tecnologias educacionais e para promover aos educadores uma ferramenta de grande potencial para a construção do conhecimento individual e coletivo, que são as tecnologias.

A tecnologia no campo educacional redonda em práticas que promovem o aprendizado do aluno, ampliando o seu desempenho no que concerne às competências que necessitam de desenvolvimento. No entanto, no mercado já se encontram disponíveis uma diversidade de recursos didáticos que auxiliam a melhoria do ensino.

No decorrer do tempo os processos foram evoluindo surgindo novas propostas para o processo educacional. Antes, o professor planejava baseando-se em livros e escritas num quadro e giz. Atualmente, em determinados contextos, as aulas são planejadas para vivência com videoconferência, laboratórios digitais de última geração, como também games educativos como ferramentas de suporte no processo de ensino e aprendizagem.

Além dessas ferramentas tecnológicas serem utilizadas em sala de aula no modo presencial, também são projetadas para serem trabalhadas em ambientes virtuais de aprendizagem ou Educação a Distância (EAD). Logo, a tecnologia é uma significativa aliada na educação em todas as dimensões.

2.1 UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE AS NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

Com o passar dos tempos, identificou-se que foram e ainda hoje são desenvolvidas uma variedade de tecnologias que promovem à vida das pessoas, no que concerne as suas atividades diárias. E essas tecnologias foram assumido um patamar de suma importância na sociedade passando a participar de diversas fases das vidas dos indivíduos, e, conseqüentemente, no campo da educação não foi de outra forma. Demo (2008, p. 3), sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), apontou que: “Toda proposta que investe na introdução das TICs na escola só pode dar certo passando pelas mãos dos professores. O que

transforma tecnologia em aprendizagem não é a máquina, o programa eletrônico, o software, mas o professor (...)"'. De tal modo, descreveu Audy (2020):

[...] Ao longo dos séculos, a humanidade desenvolveu muitas novas tecnologias, algumas com impacto transformador na forma como vivemos e usamos os recursos naturais do planeta. Em alguns momentos, estas novas tecnologias foram radicalmente disruptivas, em momentos singulares da história, como a revolução industrial nos séculos XVIII e XIX e a revolução da tecnociência, com base na tecnologia da informação e comunicações no século XX. Durante o século XX vimos emergir do processo de pesquisa, básica e aplicada, novas tecnologias como a energia nuclear e os computadores. No século XXI estamos acompanhando a emergência das pesquisas e o surgimento de novas tecnologias nas áreas da biologia e ciências da vida, da Inteligência Artificial e da Ciência de Dados. (AUDY, 2020, p. 41).

No entanto, vale salientar que as tecnologias se desenvolvem de acordo com as transformações determinadas pelas necessidades das pessoas, resultando novas tendências num parâmetro universal. Logo, observa-se que o processo de ensino e aprendizagem vem se adequando de acordo com as novas estruturas sociais que estimulam mudanças de práticas, até mesmo no próprio processo de ensino e aprendizagem. Isto é, as transformações que perpassam a educação ocorrem de modo processual acompanhando as mudanças socioculturais e da produção científica.

Observa-se que a EAD se refere a uma realidade no âmbito educacional, enfatizando que tal prática vem sendo aplicada há muito tempo, tal qual afirmou Message et al. (2019), que a educação a distância foi aplicada há alguns anos por meio da ampliação dos primeiros meios de comunicação, o que denota que a educação a distância, a qual a tecnologia faz a mediação, não se trata de algo novo. É correto afirmar que o mecanismo de que se dispõe hoje gera grandes possibilidades de interação e de ampliação de utilização fortemente diferenciadas pelo contributo das tecnologias da informação e comunicação.

Do mesmo modo, afirma-se também que as modificações sociais e tecnológicas que surge a partir das mudanças em contextos variados impõem ação transformadora que se aliam com a prática pedagógica. Ainda, nesse contexto, Audy (2020) complementou que:

A inovação envolve a efetiva aplicação de novas ideias, gerando valor agregado, solucionando um problema ou gerando uma oportunidade, em um determinado contexto. A inovação gera mudança, gera transformação no comportamento de agentes na sociedade, seja em grupos sociais, no mercado, no ambiente de trabalho, em qualquer área (indústria, saúde, educação etc.). A inovação pode ser tecnológica, mas também pode ser social. (AUDY, 2020, p. 40).

As mudanças na globalização do planeta adentram em todos os territórios, sendo com grande ou pequena proporção, que se refletem nas extremas desigualdades que há entre os países. No território brasileiro, as novas tecnologias e sua aplicabilidade se diferencia, tal como é notório no campo educacional. São visíveis as dificuldades enfrentadas por esse setor e que atinge os mais diversificados níveis que englobam os participantes ativos do processo de ensino e aprendizagem, destacando-se o pouco nível de formação docente, também a falta de estrutura física nos ambientes escolares de ensino e as restritas metodologias, tanto na teoria quanto na prática, além da resumida utilização das tecnologias no processo educacional.

Mediante alguns estudos e pesquisa, nota-se que o nosso país ainda não atingiu um patamar que configure um real processo evolutivo de integração tecnológica em um cenário de globalização, quando se apresenta aprofundamento das conexões com outros ambientes, se apropriando mais consistentemente do que se define a tendência mundial. Para tanto, nos descreveu Costin (2020):

De fato, o Brasil vive uma crise de aprendizagem e, isso, num período em que vivemos a chamada 4ª Revolução Industrial, marcado por uma automação acelerada pelos avanços da Inteligência Artificial. [...] Com isso, a Educação Básica no país vê-se desafiada a oferecer um ensino que desenvolva habilidades como a resolução colaborativa de problemas com criatividade, agilidade cultural, adaptabilidade, pensamento crítico e sistêmico e abertura ao novo. (COSTIN, 2020, p. 08).

Assim como fora dito, teve início no ano de 2020 uma pandemia de gigantesca proporção global e histórica que afetou o planeta, conhecida com Covid-19, que modificou e atingiu o comportamento de quase toda a sociedade mundial. A partir desse cenário, os variados hábitos sociais passaram por adequações ou mesmo mudanças com o intuito de amenizar as mazelas pandêmicas. Foi constatado que a educação foi uma das áreas mais afetadas, sendo uma área de enorme relevância social, com isso exigiu-se determinadas modificações nas suas ações, requerendo uma prática mais efetiva e atenta que correspondesse a tais modificações, e que atendesse as necessidades sociais.

E, com o intuito de promover o processo de ensino e aprendizagem, aplicou-se alguns recursos tecnológicos com suas respectivas estratégias na prática pedagógica. Dentre eles, destacou-se:

Celular

Dentre tantas tecnologias vastamente utilizadas na atualidade, ressalta-se o celular. A Wikipédia Enciclopédia Livre (2011) o conceitua como um equipamento tele móvel, que se refere à um aparelho de comunicação através de ondas eletromagnéticas que permite a transmissão bidirecional de voz e dados que são utilizáveis num campo geográfico que se divide em células (eis a nomenclatura celular), onde cada uma delas é servida por um transmissor/receptor.

Há uma gama de possibilidades de utilização do celular dentro e fora da sala de aula, mesmo com um aparelho simples ou moderno. Tratando-se do celular simples, este tem como aplicativos a calculadora, o conversor de moeda, de comprimento, de peso, de volume, de área, e de temperatura, assim como a contagem regressiva e o cronômetro, contribuindo assim, com as variadas atividades pedagógicas. Já os aparelhos mais modernos, além de todas essas aplicações, ainda possuem o tradutor de línguas, bastante conhecido em sua utilização junto ao Google, o Whatsapp, além de outros aplicativos que não necessitam de utilização da internet, como o gravador de voz, a filmadora e a câmera, que o dinamizam ainda mais as aulas, tornando-as mais atrativas e dinâmicas.

Conforme um levantamento realizado por Rodrigues, Segundo, Ribeiro (2018), no Brasil, surgem as primeiras discussões sobre o tema junto as prefeituras e Estados que também discutiam sobre a presença do celular nas atividades de sala de aula. Por outro lado, quanto mais eram aplicadas as regulamentações referentes à proibição dos dispositivos nas escolas, novos aparelhos foram lançados com mais recursos e facilidades de aplicação.

É inegável que a inserção das tecnologias no contexto educacional necessita ser reconhecida, e pensada, de modo a estabelecer momentos de comunicação inteligente, através de projetos que flexibilizem as diversas vias de interação entre educandos e educadores, oportunizando a vivência de um processo comunicacional entre seus pares, bem como possam tornar favorável o uso potencial dos diversos recursos e funções dos aparelhos celulares, como, por exemplo, atividade de captura e edição de imagem e vídeo, organização de listas musicais, agenda virtual, recursos da tv, e/ou aplicativos com diversos serviços disponíveis e gratuitos. (RODRIGUES; SEGUNDO; RIBEIRO, 2018).

Essa pesquisa que utilizou os alunos como público, resultou numa demonstração da utilização do aparelho celular como primordial veículo de comunicação no momento delicado de pandemia. Observando o grande grupo de alunos que foram consultados, detectou-se que esse dispositivo em muitas famílias foi o principal e único condutor de acesso às aulas remotas.

O rádio

Trata-se de um meio de comunicação simples e de fácil acesso como ferramenta pedagógica. O rádio no cenário educativo, apresenta-se como uma alternativa de ensino e aprendizagem transformadora do ambiente escolar, com o potencial de resgatar e valorizar a voz dos indivíduos da sociedade, promovendo o pensamento e demonstrando emoções, sem levar em conta as condições sociais, econômicas e culturais dos seres envolvidos no processo de transformação. “Há décadas o rádio educa, aproxima, apaixona, entretém, informa, sugere, mobiliza, confunde, liberta e anima”. (ARAÚJO, 2003, s/p).

Uma das formas de trabalhar com o rádio é remeter os alunos à escuta de programas e como devolutiva discutir notícias, programas, músicas, dentre outros serviços.

A televisão

Ao nos referirmos à televisão, a seletiva da programação é de suma relevância e faz-se necessária uma análise crítica, para que possa assistir ao público adequadamente.

Ao se trabalhar com a TV, busca-se uma programação, seja um filme, um documentário, uma projeção de outra mídia, com o intuito de promover uma discussão e apresentação de ideias construídas, produção textual, desenhos que representem a ideia a partir do que foi assistido.

Computador

Vários setores da sociedade utilizam o computador como recurso tecnológico em sua vivência.

Conforme descreveu Moran:

Cada vez mais poderoso em recursos, velocidade, programas e comunicação, o computador nos permite pesquisar, simular situações, testar conhecimentos específicos, descobrir novos conceitos, lugares, ideias. Produzir novos textos, avaliações, experiências. As possibilidades vão desde seguir algo pronto (tutorial), apoiar-se em algo semidesenhado para complementá-lo até criar algo diferente, sozinho ou com outros. (MORAN, 2000, p. 44).

Já de acordo com Tajra (1998, p. 34), a inserção dos computadores na escola deve assistir duplamente como um desafio social preparando os futuros cidadãos e pedagogicamente suprimindo as necessidades de aprendizagem dos alunos.

A internet

A utilização da internet, tanto na sala de aula, como também sendo ferramenta de apoio ao aluno, oportuniza o melhoramento do ensino e aprendizagem. A internet possibilita o desenvolvimento da própria aprendizagem fundamentada na construção do conhecimento, socializando suas descobertas. As informações absorvidas na internet podem conduzir à construção do conhecimento, para tanto, torna-se necessário que o professor direcione os alunos a construir esses conhecimentos.

Partindo dessa informação e conhecimento, Moran descreveu:

Há uma certa confusão entre informação e conhecimento. Temos muitos dados, muitas informações disponíveis. Na informação, os dados estão organizados dentro de uma lógica, de um código, de uma estrutura determinada. Conhecer é integrar a informação no nosso referencial, no nosso paradigma, apropriando-a, tornando-a significativa para nós. O conhecimento não se passa, o conhecimento cria-se, constrói-se. (MORAN, 2007, p. 54).

A internet é uma rede mundial que tem como objetivo interligar computadores para fornecer ao usuário o acesso a diversas informações. Por isso é chamada de rede mundial de computadores.

2.2 DIREITO À EDUCAÇÃO A TODOS

Neste momento, buscou-se fazer uma abordagem de um breve histórico da legislação educacional brasileira, com a finalidade de situar o leitor no panorama da educação.

A Constituição Federal é a carta magna de um Estado Democrático, nela estão contidas todas as leis que regem o sistema governamental. Quando tratamos da Constituição Federal nos deparamos com a Educação, ponto crucial no desenvolvimento de um país.

A Constituição Federal foi e é um documento que apresentou e apresenta grandes avanços na área educacional “e a partir daí novas leis surgem para regulamentar os artigos constitucionais e estabelecer diretrizes para a educação do Brasil” (MACHADO; CUNHA, 2016, p. 1081).

Como exemplo, podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 20.12.1996 e a Lei nº 10.172, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).

É possível observar na Constituição Federal (BRASIL, 1998):

- Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 - III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - IV – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - V – Valorização dos profissionais da educação escolar,

garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – Garantia de padrão de qualidade;

VIII – Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Ainda mais:

Art. 208 - Deveres que o Estado possui com a educação escolar pública

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

Assim, entende-se que o Atendimento Educacional Especializado é destinado para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, mas também aos estudantes com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, como será visto a seguir.

2.2.1 MODALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A LDB 9394/96 definiu a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino e a Resolução do CNE 02/2001 regulamentou seus artigos 58, 59 e 60, garantindo aos alunos público-alvo da Educação Especial o direito de acesso, permanência, participação e aprendizagem no sistema regular de ensino. Estão descritos, respectivamente:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei,

a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Já a da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).

Um dos documentos internacionais significativos que foram criados na área da Educação Especial é a Declaração de Salamanca defendendo que escolas regulares com orientação inclusiva constituem “o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo educação para todos”.

Portanto, os princípios democráticos da Educação: Igualdade, liberdade e respeito à dignidade e os princípios norteadores da Educação Especial enfatizam a inclusão.

O recurso da Educação Inclusiva, que tem o intuito de promover o

conhecimento a todas as crianças coletivamente, se baseia na premissa de que quando a criança é incluída no ensino, que se estende a todos, tem maiores e melhores condições de se desenvolver e tornar-se um membro reconhecido em nossa sociedade, bem diferente do que ocorria no passado, onde essas pessoas eram postas de lado e recebiam um tratamento desumano.

A inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns para atender as diferenças individuais (AGUIAR, 2011).

Vale salientar que, além da inclusão, é bastante pertinente lembrar que é de suma relevância que os funcionários das escolas adotem um perfil de assistência para acolher os alunos com alguma deficiência, uma vez que muitos não se sentem preparados para inclusão por não terem sido contemplados com uma capacitação profissional, ou pela escassez de material didático ou pelas salas de aula com superlotação. Uma grande proposta é a realização de palestras (a equipe gestora pode convidar profissionais especialistas em inclusão, sendo médicos e psicopedagogos, com o objetivo de falar acerca dos desafios enfrentados pelos alunos e por seus pais. Ainda pode-se contar com a contribuição dos profissionais da saúde para trazerem orientações e informações de modo a ajudar a derrubar o estigma atribuído a muitos estudantes ora mencionados); oficinas (os especialistas podem contribuir para que os funcionários sejam contemplados com oficinas que os orientem a lidar com cada caso).

A Educação Especial dialoga suas configurações, baseadas na Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conforme segue:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; [...]

XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas. (BRASIL, 2015).

A União tem um papel essencial e insubstituível no planejamento e direcionamento da expansão do atendimento uma vez que as desigualdades regionais na oferta educacional atestam uma enorme disparidade na possibilidade de acesso à escola por parte dessa população (SHIMAZAKI, 2006).

Quanto mais cedo se der a intervenção educacional, mais eficaz ela se tornará no decorrer dos anos, produzindo efeito mais profundos sobre o desenvolvimento da criança (SHIMAZAKI, 2006).

2.3 PANDEMIA

Conforme nos descreveu Schmidt (2020), a pandemia do novo coronavírus desafiou a saúde pública no século XXI. Os países adotaram medidas rigorosas como intuito de combater o contágio e evitar possíveis óbitos, como também fechando lugares específicos que concentravam quantidade significativa de pessoas. Diante deste cenário, países foram conduzidos a implantar sistemas de ensino variados com o objetivo de tentar superar os impactos provocados pela pandemia no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, considerando que os relevantes números da Covid- 19 causaram grande impacto na educação como um todo nos diferentes modos e complexidades, ora respeitando a diversidade de cada nação e seus aspectos educacionais.

Também nos descreveu Santos (2020) que a pandemia trata-se de uma denominação que usamos ao nos referirmos a uma doença que se alastrou pelo mundo inteiro simultaneamente, que ocorreu uma transmissão à mercê dela. Ou seja, em muitos países e continentes essa referida doença está atingindo a população, quando a mesma está infectando outras pessoas que vivem numa mesma região. Vale ressaltar que a expressão pandemia não se refere à gravidade de uma doença, onde o fator geográfico seja o determinante para essa classificação.

Nos dias e hoje, as pandemias podem acontecer com mais facilidade. Isso deve-se ao fácil deslocamento dos indivíduos de uma localidade para outra e, obviamente ocorrer o alastramento de uma doença entre eles. Quando uma doença grave se espalha e que atinge em massa uma população pobre, a probabilidade de provocar uma devastação é grande, pois a falta de recursos impede a contenção do avanço da enfermidade. Ainda se ressaltou que dependendo da gravidade do

contágio e de seu número de casos, o sistema de saúde de uma nação pode não ter recursos suficientes para assistir aos necessitados e afetados, garantindo o tratamento para todos. Como observou-se na pandemia da Covid-19, o altíssimo número de mortes na Itália por conta do colapso do sistema de saúde (SANTOS, 2020).

2.3.1 ENSINO REMOTO NO BRASIL

Considerou-se a pandemia do novo Coronavírus, um Problema de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) pelos setores do governo, desde o dia 03 de fevereiro de 2020. Porém, apenas no dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) afirmou o status de pandemia em todos os continentes do mundo (GARCIA; DUARTE, 2020). Para tanto, no dia 17 de março de 2020, o Ministério da Educação (MEC), publicou a Portaria nº 343, a qual “dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus – COVID-19” (BRASIL, 2020).

Nesse contexto, ampliou-se a preocupação no âmbito educacional com problemas já existentes no processo de ensino e aprendizagem, ressaltando a evasão escolar, desigualdade socioeconômica e a defasagem na aprendizagem. Assim, faz-se necessário a estruturação de um sistema de ensino que se baseie na capacidade de continuar a proposta de um processo de ensino eficaz. Como forma de intervir nesse impacto na saúde pública, alguns estados brasileiros adotaram o ensino remoto, utilizando a tecnologia como ferramenta de grande suporte e atuação, transformadora e que perpassa o campo das desigualdades sociais (BARRETO; ROCHA, 2020).

Assim, foi autorizada “a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2020), respeitando as orientações de isolamento social pela OMS. Considerando os ambientes das escolas como espaços que aglomeram pessoas, tornou-se necessário a interrupção das atividades nas instituições escolares de ensino presencial em todas as demandas, da educação infantil, ao ensino superior.

Contudo, o ensino remoto de emergência no Brasil foi implantado passando pelo crivo do MEC, conforme suas diretrizes. Tal modalidade de ensino se

caracterizou pelo acompanhamento do professor de modo síncrono, quando docente e discentes interagem através de meios tecnológicos, necessariamente no horário das aulas presenciais. Mais ainda, o aluno tem instantaneamente um retorno do educador da disciplina, ou até mesmo o educador, por meio dos recursos digitais, reproduz a tela do computador e uma variedade grande de arquivos de mídia, como powerpoint, vídeos, dentre outros.

O ensino remoto se caracteriza por solucionar temporariamente a continuidade das atividades. Logo, não se refere a uma modalidade, mas num meio de reduzir os danos causados ao estudo presencial. Uma vez se caracterizando de maneira emergencial, o ensino remoto tem a tendência de ser aplicado num curto período.

Enquanto o ensino a distância refere-se a uma modalidade de estudo, completamente organizada de modo a garantir eficiência e estrutura aos alunos que se dispõem a cursar nesse modelo. Essa forma de estudo tem uma grande e principal característica que é a flexibilidade.

Em suma, o ensino remoto trata-se de uma adequação temporária do ensino presencial e o ensino a distância é estruturado como estratégias para ser online.

Ao mesmo tempo em que se tornou popular a utilização da TIC's nos ambientes escolares, promoveu espaços de interação entre professores e alunos, o que redundou em aprendizagem mútua entre os mesmos. Essas ações coletivas permitem uma comunicação particular entre alunos, professores e a comunidade escolar como um todo, fortalecendo laços e grandes mudanças que garantem um futuro promissor, tanto na instituição, como também na sociedade. A implantação das tecnologias nas escolas e o envolvimento dos gestores, configuram uma contribuição fortemente relevante capaz de transformar a escola. Deste modo, Almeida e Fonseca Júnior (2002, p. 22) apontou que é importante “ter coragem de romper as limitações do cotidiano, muitas vezes auto impostas”, todavia para isso ocorra é necessário a junção de variadas mídias na escola que potencializem o processo de ensino e aprendizagem, alcançando diretamente o aluno.

Há um ponto de suma relevância que deve sempre ser levado em consideração, que se tratou da desigualdade social no país em relação ao uso da internet, principalmente nas regiões Nordeste e Norte, denotando que a decisão dos Estados em escolher os meios digitais para realização das aulas remotas, automaticamente é um processo de exclusão dos alunos que não tem acesso à

internet.

Outro ponto que deve ser considerado junto ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação é que os alunos apresentam dificuldades na aprendizagem, o que dificulta a busca do conhecimento de forma autônoma. Visto que os sistemas de ensino, no geral, baseiam-se num processo de ensino fragmentado, o qual promove aos alunos o adquirir conteúdos para obterem resultados significativos em provas de concursos de vestibular, dentre outros, como Enem, concursos públicos, como assim descreveu Avelino e Mendes (2020, p. 58): “esses discursos são recorrentes em âmbito escolar, pois acreditam que só assim, esses jovens podem alcançar os seus Projetos de Vida”.

Ainda de acordo com Avelino e Mendes (2020), persiste nas escolas uma defasagem no que concerne ao preparo dos seus alunos a partir de um processo que configure autonomia para aprendizagem, os quais sejam remetidos a protagonizar seu próprio conhecimento. Sendo assim, “agora esses alunos se encontram em uma situação onde devem buscar os conhecimentos sozinhos, mas os mesmos, não foram preparados para tal exercício”, como afirmou Avelino e Mendes (2020, p. 59). E depois, não houve capacitação dos professores e também planejamento prévio do currículo, salientando que o conjunto de métodos utilizados para o processo de ensino e aprendizagem carecem de uma reformulação. A mudança de um método de ensino para o outro, ou seja, do presencial para o remoto, requer planejamento, observando que as mesmas metodologias não são eficazes para ambas as modalidades de ensino.

A situação inesperada que levou à interrupção abrupta das aulas presenciais demandou das instituições de ensino tomadas de decisões rápidas, sem a realização de etapas sucedidas. Essas etapas se referem a planejamento, capacitação de todos os envolvidos, preparação da infraestrutura tecnológica (hardware e software), automatização de atividades administrativas, preparação do sistema para coleta de dados, reformulação de currículos, além do fomento à inclusão e à equidade. (CASATTI, s/p, 2020).

Corroboram Josias Hack e Fernanda Negri (2010) aliados à realidade que confronta atualmente os docentes, observa-se que inicialmente são submetidos a um desconforto promovido pela nova modalidade de atividades pedagógicas remotas, que surgiu, em grande parte, por conta da ausência e treinamento e capacitação para execução com eficácia no processo de ensino e aprendizagem.

Para se adaptar à comunicação midiaticizada do conhecimento, o docente precisa reconhecer o papel da tecnologia como um recurso de aprendizagem e entender-se cada vez mais como um orientador e cooperador do estudante na construção do conhecimento pela mediação multimidiática. Assim, as tecnologias podem assumir muitas das funções do docente e liberá-lo para novos modos de assistência aos alunos, bem como pode incrementar o processo comunicacional. No entanto, os professores precisam de ajuda para entender e colocar em prática essas novas posturas. (HACK; NEGRI, 2010, p. 02).

Ao mesmo tempo em que ocorre a falta de capacitação destinada aos professores que foram orientados a se capacitarem, os grupos familiares vivenciaram vários problemas que urgentemente devem ser resolvidos. Tais situações oscilam entre os índices de acesso à internet e computador, ao perfil de comportamento e social do aluno, aos acompanhantes ou os próprios pais, que, em alguns momentos, não conseguiram promover em sua rotina um espaço benéfico compatível ao aprendizado.

Por este sentido, a frequência dos alunos nas aulas, não redundam apenas em aquisição de conhecimentos. Os ambientes escolares promovem alimentação e a probabilidade de subtração de violência doméstica e suicídio. Assim, surgiu a necessidade de utilização de variadas estratégias para contemplar de forma direcionada e eficaz a população regional, considerando seus diversificados conhecimentos, costumes, recursos e necessidades. Há uma possibilidade de resolver tais situações, alinhando o relacionamento entre família e escola, como nos descreveu Lopes (2020, s/p): “mais do que nunca, a parceria com as famílias se tornou fundamental para garantir que crianças e adolescentes continuem se desenvolvendo”. Para que isto venha se tornar realidade é necessário traçar um plano estratégico, elencando escuta ativa para apontar demandas, relação humana a distância entre família e escola, canal aberto para esclarecimento de dúvidas das famílias, transparência no processo de ambientação digital, construção e desenvolvimento de habilidades socioemocionais (LOPES, 2020).

Considerando este contexto, as ações desenvolvidas e executadas no decorrer da pandemia não se consideram ideais. Na verdade, o momento propicia o incentivo do protagonismo e a busca de conhecimentos de uma maneira significativa e autônoma. O momento pandêmico nos promoveu uma oportunidade de envolver e

aplicar as Tecnologias de forma forçosa e garantir grandes benefícios para o retorno às aulas presenciais.

Estamos diante de uma oportunidade fantástica porque a pandemia acelerou um processo, que já estava em curso, de integração entre a tecnologia e a educação. [...] Podem ser sementes para a transformação digital e cultural tão necessária no ensino, unindo práticas pedagógicas inovadoras, como o aprendizado híbrido e metodologias ativas, com tecnologias educacionais inteligentes, que potencializam as capacidades do aluno aprender e do professor inovar (CASATTI, s/p, 2020).

Desta forma, é necessário reinventar a metodologia na prática pedagógica nas escolas, tal como os professores reorganizarem suas próprias práticas no processo de ensino e aprendizagem. É necessário que haja uma compreensão quando o processo de ensino e aprendizagem não está relacionado com a quantidade de dias letivos, até por que cumprir os 200 dias letivos que o MEC exige em aulas presenciais, isso não quer dizer que a aprendizagem está garantida em efetividade. Então, surge a necessidade de pensar sobre este processo sem contabilizar o tempo em sala de aula, mas pelo tempo considerado produtivo: “Acredito que vai desaparecer essa ideia de contabilizar a aprendizagem pelo tempo que os alunos permanecem sentados em uma sala de aula. Vamos passar a avaliar o quanto se aprende e não quantas horas ou dias letivos temos” (CASATTI, s/p, 2020).

2.3.2 ENSINO REMOTO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os hábitos particulares à cultura das nações se modificaram bruscamente por conta da pandemia da Covid-19. “O mundo hoje presencia uma nova forma de comportamento social, com a Pedagogia Pandêmica, as formas de se relacionar, de consumir, as estratégias de trabalhos e, sobretudo, o trabalho docente foram impactados” (BARRETO; ROCHA, 2020, p. 02). A partir dessa situação, os gestores escolares dispensaram as atividades que reuniam pessoas, tais como: as aulas. Com isso, milhões de alunos foram remetidos a ficar infrequentes aos ambientes da escola por todo o planeta, o que mobilizou ações de conselhos educacionais, gestores, pais e alunos.

O ensino remoto se configura com complexidade e vai além da relação que

existe entre o professor e o aluno e a mesma se alia ainda mais num cenário de isolamento social, repercutindo num modelo de ensino que propõe um desafio diário. Sendo assim, os professores carecem de planejar adaptações no decorrer da exposição dos conteúdos no ambiente virtual, uma vez novidade para eles, que não houve um preparo prévio para utilização e vivência com essa nova realidade, ora uma modalidade de transmissão de conhecimentos, quando as demandas ocorreram de maneira muito rápida. Em seguida, ampliou-se e aprofundou-se o ensino remoto e mediado pela tecnologia (LOPES, 2010). Como mediar um ensino remoto junto à educação especial, utilizando as novas tecnologias?

A partir desta problemática surgiu a necessidade de reorganização do ensino que se propôs durante a pandemia da COVID-19, especificamente pelas restrições do distanciamento físico, o que remete as escolas utilizarem amplamente as tecnologias como ferramenta aliada no processo de ensino e aprendizagem. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva está fortemente ligada a essa questão, apresentando suas especificidades e suas complexidades, remete o professor a uma posição de reconhecer as diferenças na escola e buscar caminhos que permeiem um pleno trabalho com as tecnologias digitais nessa modalidade (educação especial) e que se estenda a outros agentes envolvidos como, gestores, coordenadores, funcionários e a comunidade escolar como um todo.

Não se descartou a possibilidade de que a Educação Especial ainda é um desafio para os docentes e profissionais que nela atuam, considerando o perfil da formação inicial, que quase sempre vivem diante de dificuldades para conviver com situações voltadas àquela modalidade de ensino, o que cria uma sensação de inadequação frente aos alunos, público-alvo da Educação Especial e que necessitam de um atendimento diferenciado (BRAGA JUNIOR, 2019).

A formação docente deve ter um perfil dentro da perspectiva das tecnologias de modo a atender o coletivo, jamais descartando as particularidades dos alunos, de tal forma que o professor assuma uma postura ativa, assim concorda Braga Júnior (2019, p. 47) “[...] pautado pela flexibilidade e contextualização dos problemas a partir de várias ciências em colaboração coletiva, de forma que a disciplinaridade não se torne mais uma barreira”. Quando o professor se flexibiliza, ao mesmo tempo surge a possibilidade de selecionar os recursos mais indicados e direcionados a um apoio no momento certo, atentando para as reais condições de cada aluno, baseados em termos de pré-requisito de conhecimentos e de condições materiais.

O ensino remoto proporcionou a Educação Inclusiva a partir dos seus meios. Dentre eles, destacou-se as aulas remotas, que foram estruturadas sob bases tecnológicas. Por esse fator, definiu-se uma gama de possibilidades que podem favorecer muito o aprendizado de alunos com transtornos de aprendizagem.

O meio digital e suas configurações possibilitaram que as aulas fossem gravadas, com transmissões ao vivo, de maneira síncrona ou até mesmo aulas assíncronas postadas para os alunos. Algo simples, mas que causa um grande impacto positivo e contribuinte no aprendizado, em particular aos alunos que configurem a Educação Especial na perspectiva inclusiva. O aluno pode assistir as aulas quantas vezes necessitar, rever algum ponto que eles não entenderem e até assisti-las muitas vezes e no horário que lhes for propício. Ou seja, há a possibilidade de aprender em seu ritmo, que não é necessariamente o ritmo da turma.

O ato de ensinar utilizando vários métodos, como o vídeo, áudio, texto, atividades práticas etc., promove de maneira significativa o aprendizado. Inicialmente, porque uns alunos têm a facilidade de aprender por um determinado meio, alguns alunos por outros canais. Por esta razão, se apenas um meio for trabalhado, o processo de ensino e aprendizagem não contemplará a todos. Em seguida, a execução de vários métodos de execução facilita a construção de momentos variados no decorrer da aula, tornando-a mais atrativa e produtiva com o poder de captar a atenção dos alunos, algo de extrema importância para quem tem transtornos ligados à concentração.

Ainda foi visto que o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no ensino remoto resultou numa satisfação, mesmo no período pandêmico, apresentando uma gama de possibilidades de utilização no decorrer das aulas. Tudo isso foi necessário ocorrer, quando nos referimos a tais mudanças, para que pudessemos adequar as novas circunstâncias e promovêssemos a continuação das atividades nas aulas.

Quanto aos resultados do uso das tecnologias na educação, nota-se um grande progresso por parte dos docentes, através do perfil facilitador apresentado por algumas ferramentas, especificamente as plataformas digitais, mencionando o Google Meet e o Zoom, dentre aplicativos populares, como o Whatsapp. Demais aplicativos de menor utilização por exigir grande esforço em sua compreensão, de modo geral, são pouco utilizados pelos professores.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, seguiu os preceitos do estudo descritivo, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 183), a pesquisa bibliográfica “[...] colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito, dito sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183). Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo descrever os resultados de pesquisas a respeito da modalidade de Educação Especial no Ensino Remoto publicados em artigos científicos.

Para a seleção das fontes, foram definidos determinados critérios e parâmetros para delimitar o universo do estudo (LIMA; MIOTO, 2007). Foram considerados como critério de inclusão os artigos científicos que abordassem o tema deste trabalho e foram excluídos aqueles que não atenderam a temática.

Para a busca dos artigos científicos, foi utilizado o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as palavras-chaves “educação especial” e “ensino remoto”, ambas entre aspas e usando o operador booleano *and*. Foi considerado como parâmetro linguístico os artigos em língua portuguesa e não foi determinado nenhum parâmetro cronológico.

Após a busca, foram identificados 24 artigos científicos, no entanto, após a leitura de todos os títulos, foi evidenciado que apenas cinco artigos tratavam acerca do tema desta pesquisa. Assim, os cinco artigos foram lidos integralmente, determinadas informações foram detalhadas em um quadro e os resultados das pesquisas científicas foram descritos.

Para a descrição dos resultados das pesquisas publicados nos artigos científicos, partiu-se do registro das informações extraídas da leitura aprofundada das fontes específicas. Nesta etapa foi realizada uma leitura analítica com a finalidade de ordenar e resumir as informações contidas nas fontes de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa (LIMA; MIOTO, 2007).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como foco trazer uma reflexão sobre os impasses que a pandemia da Covid-19 trouxe para os alunos nas escolas e seus desempenhos junto ao processo de ensino e aprendizagem. Como descreveu Janosz et al. (2008), pesquisas feitas recentemente, apontaram que alunos empenhados e comprometidos com os estudos tem a menor possibilidade de abandoná-los (JANOSZ *et al.*, 2008).

No decorrer da pandemia, foi gerado um sentimento de solidão e abandono entre os jovens, por conta da falta de interação entre os estudantes, amigos e professores. A partir desse panorama, o empenho dos alunos reduziu e, como consequência, o número de abandono e de evasão escolar também, graças às dificuldades de se adaptarem ao novo método de ensino (FUNDAÇÃO LEMANN, 2020). Um dos maiores impactos causados no momento pandêmico foi a evasão escolar, assunto em questão no ensino médio, motivo de grande desafio no Brasil. A cada dez estudantes que ingressam no ensino médio, um pouco menos de sete chegam à conclusão. Em outro percurso, referindo-se aos jovens com uma melhor condição, nove em cada dez estudantes conseguem a certificação por conclusão da última etapa da educação básica.

Por conta da pandemia da Covid-19, o governo do Brasil, baseado na Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, declarou o estado de emergência num gráfico nacional, motivo pelo qual foi instigado o posicionamento de adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, dentre outros prejuízos à saúde. Tais medidas configuraram-se pelo isolamento social, conduzindo, gradativamente, o Brasil a refazer métodos peculiares de desenvolvimento de atividades em diversificadas áreas. No campo educacional, especificamente, houve a opção de dispensa das aulas presenciais e, conseqüentemente, a reestruturação do sistema escolar (BRASIL, 2020).

Após o governo sancionar a lei, as unidades escolares buscaram os mecanismos fundamentais da geração tecnológica, ou seja, as aulas

transmitidas pelo rádio, televisão e, logo depois, as redes sociais configuradas pelas páginas da internet e aplicativos dos aparelhos para promover as aulas. As aulas eram hospedadas nas plataformas digitais, e/ou sediadas em apostilas distribuídas nas escolas. Por outro lado, houve uma reclamação por parte dos alunos e seus familiares pela falta de acesso à internet por serem de grupos menos favorecidos e mais atingidos em relação à pandemia (DE LIMA; TUMBO, 2021).

A tecnologia tem facilitado de forma significativa o processo de ensino e aprendizagem, retratando crianças e adolescentes que convivem desde cedo com a tecnologia têm mais habilidade para se concentrar e executar as atividades, onde não podemos esperar que os alunos aprendam com a metodologia mais antiga, quando na verdade, a educação evolui a cada ano.

Particularmente, Moreira, Henriques e Barros (2020) defenderam a evolução das tecnologias e das redes de comunicação e da mudança que tem promovido na vida das pessoas. Concomitantemente, tais mudanças perpassam a educação e apresenta novas formas de ensino no processo de aprendizagem. A partir desta linha de pensamento, afirmaram que basicamente 91% dos estudantes são portadores de algum dispositivo móvel. Com isso, já é possível um fortalecimento para a utilização das TIC no processo educativo, podendo ser aliada como uma ferramenta de grande potencial. Porém, não houve expectativa alguma de que seria necessária uma mudança súbita e emergencial de forma obrigatória no ensino em decorrência do crescimento da pandemia da Covid-19.

Por fim, o grande desafio não é a ferramenta, mas o acesso para implementar essas práticas e promover formas dinâmicas e diferenciadas para alcançar os estudantes e, com isso, promover o acesso à educação de qualidade, principalmente aos alunos público-alvo da Educação Especial. Em vista disso, segue o quadro 1 que mostra as pesquisas específicas encontradas a respeito da Educação Especial no modelo de ensino remoto.

Quadro 1 – Artigos científicos que envolvem a temática Educação Especial e ensino remoto.

Autores	Título	Ano	Nome do Periódico
SOUZA, Flavia Faissal; DAINEZ, Débora	Educação Especial e inclusiva em tempos de pandemia: o lugar de escola e as condições de ensino remoto emergencial	2020	Práxis Educativa
ROCHA, Gilda Fernandes; VIEIRA, Márcia de Freitas	Educação inclusiva em tempos de pandemia: assistência aos estudantes da educação especial por meio da educação remota	2021	Dialogia
FACHINETTI, Tamiris Aparecida; SPINAZOLA, Cariza de Cassia; CARNEIRO, Relma Urel Carbone	Educação inclusiva no contexto da pandemia: relatos dos desafios, experiências e expectativas	2021	Educação em Revista
MAIA, Natália Lara; Paulo Vitor; Paula Santos; Josué Rermam; Adriana Maria; Marcos Vinícius	Tecnologia assistiva, educação especial e a pandemia da covid 19: A necessidade da continuidade do suporte em tempos de isolamento social	2022	Revista Brasileira de Extensão Universitária
CAMIZÃO, Amanda Costa; CONDE, Patrícia Santos; VICTOR, Sonia Lopes	A implementação do ensino remoto na pandemia: qual o lugar da educação especial?	2021	Educação e pesquisa

Fonte: produção própria, 2022.

No artigo publicado *A implementação do ensino remoto na pandemia: qual o lugar da educação especial?* por Camizão *et al.* (2021), há a experiência de duas docentes de municípios diferentes, que foi feito estudo documental em que a produção da análise de dados mostrou as possibilidades e limitações.

Com tudo concluiu que a proposta da *educação especial* na questão do comprometimento com a aprendizagem e desenvolvimento do público-alvo não foram atingidos. Assim, o trabalho remoto efetivou-se burocraticamente, mas está muito distante de contemplar os objetivos propostos. Ao que foi percebido, com base nas discussões realizadas, é que a educação especial foi considerada uma condição secundária na implementação desse ensino remoto, no momento de pandemia.

No artigo *Educação Especial e inclusiva em tempos de pandemia: o lugar de escola e as condições de ensino remoto emergencial* de Souza e Dainez (2020), foi realizado um estudo de caráter exploratório com relatos e experiências. Os resultados evidenciaram o lugar da escola na vida do aluno com um papel social e espaço coletivo de resistência política – pedagógico e mediadora dos processos de humanização.

Rocha e Vieira (2021), em seu artigo intitulado *Educação inclusiva em tempos de pandemia: assistência aos estudantes da educação especial por meio da educação remota*, evidenciaram que a modalidade remota dificultou o acesso à educação para estudantes público-alvo da Educação Especial. As autoras alertaram que essa modalidade de ensino trouxe mais dificuldades de acesso à educação para esses estudantes. O objetivo da pesquisa foi de compreender como os estudantes da educação especial estão sendo assistidos durante o período da pandemia. Os resultados mostraram que a falta de acesso tecnológico dificultou o alcance desses estudantes ao ensino remoto. Em contrapartida, houve uma colaboração maior entre família escola.

De acordo com Natália Lara et al. (2022), a *Tecnologia assistiva* exerce a função de inclusão aos discentes com ausência de aptidão educacional. Com a propagação exponencial da covid-19, a desigualdade com o ensino remoto para estes alunos de educação especial foi intensificada. Pois o estudo relata a experiência do trabalho realizado pelo Grupo PARAMEC para atender a demanda de três alunos com deficiência do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais. Os alunos tinham idade entre 6 e 12 anos, sendo duas crianças com síndrome de Down, uma delas também com baixa visão, e uma criança com paralisia cerebral. Foram desenvolvidas duas mesas com tampo inclinado e uma cadeira com regulagem na altura e braços

tubulares com o intuito de sanar as dificuldades para a realização das atividades educacionais no ambiente doméstico. Os recursos possibilitaram a independência e autonomia na realização de atividades escolares, minimizando os fatores limitantes da aprendizagem, proporcionando aos familiares e alunos o suporte necessário para desenvolvimento das atividades acadêmicas no contexto domiciliar.

O artigo de Fachinetti, Spinazola e Carneiro (2021) que é retratado a *Educação inclusiva no contexto da pandemia: relatos dos desafios, experiências e expectativas*, relata às formas que as atividades pedagógicas no ensino remoto foram planejadas, desenvolvidas e efetivadas, por duas professoras de educação especial, desde a suspensão das atividades presenciais. A metodologia adotada foi de cunho qualitativo, os relatos foram divididos em quatro categorias. Como resultados, as experiências relatadas pelas professoras evidenciaram uma ressignificação da educação. Também se destaca um estreitamento positivo nas relações família e escola, desenvolvendo um maior nível de comunicação, interação e troca de informações acerca dos comportamentos e aprendizado. Conclui-se que no âmbito educacional vivencia-se um momento de reflexão e luta por direitos, de saúde, cidadania, educação, igualdade, do bem público de qualidade acessível a todos.

Portanto, conclui-se que no ambiente escolar é vivenciado momentos de reflexão e luta por direitos de saúde, cidadania, educação de igualdade e de qualidade acessível a todos.

Os artigos apresentaram resultados através de análises, que a escola está caminhando para uma proposta tecnológica de inclusão digital, ainda com muitas fragilidades, mas fazendo com que a luta constante por uma escola inclusiva e democrática, seja real contra a exclusão.

A partir dos estudos, pode-se observar a necessidade de um olhar diferenciado para a modalidade de educação especial. Ela deve ser pensada com um olhar humanizado, no sentido de apoiar as práticas pedagógicas, possibilitando assim, que os alunos público-alvo da Educação Especial participem de forma ativa no processo educativo dentro da escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do novo Coronavírus revolucionou de maneira radical as formas de interação humana, ressaltando o seu contágio violento a as variadas formas de reação de pessoa para pessoa. Diante dessas circunstâncias, os estados aplicaram medidas a partir do momento em que a doença foi evoluindo em cada localidade, no entanto considerando as medidas de isolamento social, uma delas foi a suspensão das aulas presenciais, sendo comum a todos. Imediatamente, os gestores escolares assumiram as medidas cabíveis para assim dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem e cumprir legalmente o que estabelece a legislação brasileira.

O ensino remoto de emergência foi adotado por todos os estados da federação como solução imediata diante de uma pandemia, entende-se que esse método de ensino corresponde ao que se relaciona ao diálogo que envolve aluno-conteúdo-professor, e por ele é possível viabilizar a implementação de métodos personalizados de interação, relacionando plataformas online, contato síncrono e assíncrono, aplicativos de mensagens, videoaulas ao vivo e/ou gravadas, dentre outros.

Mesmo percebendo que alcança uma grande parte dos alunos, é comprovado também que houve a dificuldade de educadores com os recursos digitais, considerando a forma imediata de implementação do ensino remoto, também pela ausência de formação continuada em tecnologias. Outro ponto importante que precisa ser destacado e levado em observância, é a acessibilidade, pois no Brasil, ainda é bastante presente a desigualdade em vários âmbitos sociais e tecnológicos e os índices são demasiadamente altos.

Há a necessidade de implementar as tecnologias nas escolas e na sociedade e torná-las uma política pública com o intuito de superar obstáculos tecnológicos, uma vez que a pandemia da Covid-19 provou que as tecnologias e seus recursos não são meios que substituam os professores, mas um método de associar novas metodologias no ensino e caracterizar a escola um ambiente envolvido e atuante junto às práticas sociais.

Enfim, ao analisar variados artigos que foram utilizados como fontes para esta pesquisa, é ressaltado que o ensino remoto, através de instrumentos

digitais foi considerado relevante e positivo, logo percebendo que alcançou um grande percentual de alunos. No entanto, torna-se falho quando há impasses socioeconômicos e de acessibilidade. Ou seja, a utilização exclusiva deste método de ensino como única forma determinada pode resultar em um aspecto negativa aos alunos que não tem acesso aos recursos digitais, o que emerge a criação de outras formas de aplicação de modo a assistir aos aprendizes que não possuem o acesso às tecnologias digitais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. G. de. **Serviço social e filosofia**: das origens a Araxá. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, F. J.; FONSECA JÚNIOR, F. M. **Educação, projetos, tecnologia e conhecimento**. São Paulo: PROEM, 2002.

ALVES, L. Educação Remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 348– 365, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251/4047>. Acesso em: 21 out. 2022.

ARAÚJO, S. K. **Escolas no Ar**: a gestão de sistemas educacionais para o uso pedagógico do rádio. Natal, RN: UFRN, 2003.

AUDY, J. **A Pesquisa, a inovação e nosso futuro como sociedade**. In: COSTIN, C. et al. A escola na pandemia: 9 visões sobre a crise do ensino durante o coronavírus. 1. ed. Porto Alegre: Ed. do Autor, 49 p, 2020. 39 - 43 p. E-book. Disponível em: <http://www.unisinos.br/institutoinovacao/wp-content/uploads/2020/09/ebook-a-escola-napandemia-com.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

AVELINO, W. F.; MENDES, J. G A realidade da educação brasileira a partir da Covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 5, p. 56-62, 2020.

BARRETO, A. C. F.; ROCHA, D. S. Covid 19 e educação: resistências, desafios e (im) possibilidades. **Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, p. 01-11, 2020.

BRAGA JUNIOR, F. V. Atendimento educacional especializado: do perfil a formação dos professores. In: MACHADO, D. H. A.; CAZINI, J. (orgs.) **Inclusão e educação**. 5. ed. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. p. 44-53. E-book. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/01/Inclusao-e-Educa%C3%A7%C3%A3o-5-1.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 62, 17 jun. 2020i. Disponível em: . Acesso em: 18 jun. 2020.

CAMIZÃO, A. C. A implementação do ensino remoto na pandemia: qual o lugar da educação especial? **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021.

CASATTI, D. **Um guia para sobreviver à pandemia do ensino remoto**. Universidade de São Paulo - USP: São Paulo. 2020.

COSTIN, C. et al. **A escola na pandemia**: 9 visões sobre a crise do ensino durante o coronavírus. 1 ed. Porto Alegre: Editora do Autor, 2020.

DE LIMA, A. Q. O.; TUMBO, D. L. Desafios do ensino remoto na educação básica em tempos de pandemia. **Revista Faculdade FAMEN-REFFEN**, v. 2, n.1, p. 141-151, 2021. Disponível em: <https://www.editorafamen.com.br/revista/index.php/revistafamen/article/view/48>. Acesso em: 19 out. 2022.

FACHINETTI, T. A.; SPINAZOLA, C de C.; CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva no contexto da pandemia: relatos dos desafios, experiências e expectativas. **Educação em Revista**, Marília, v. 22, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/10992>. Acesso em: 19 out. 2022.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Site oficial da Fundação Lemann**. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/>. Acesso em: 13 maio 2019a.

GARCIA, L. P.; DUARTE, E. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 2, 2020.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAZEN, R. M.; TREFIL, J. **Saber Ciências**. São Paulo: Editora de Cultura, 2005.

HACK, J. R.; NEGRI, F. Escola e tecnologia: a capacitação docente como referencial para a mudança. **Ciências e Cognição**, Rio de Janeiro, abr., 2010.

JANOSZ, M.; LE BLANC, M.; BOULERICE, B.; TREMBLAY, R. (2000). Prevendo Diferentes Tipos de Abandono Escolar: Uma Abordagem Tipológica com Duas Amostras Longitudinais. **Journal of Educational Psychology**, v. 92, n. 1, p. 171-190.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimento Metodológico na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica. **Katál**, Florianópolis, n. 10, p. 37 – 45, 2007.

LOPES, M. **Escolas desenvolvem estratégias para apoiar famílias durante a**

quarentena. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://porvir.org/escolas-desenvolvemestrategias-para-apoiar-familias-durante-a-quarentena/> Acesso em: 01 jun. 2020.

MACHADO, A. C. da C. (org.); CUNHA, A. C. F. da (coord.). **Constituição Federal Interpretada:** artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2016.

MAIA, N. L et al. Tecnologia assistiva, educação especial e a pandemia da Covid-19: A necessidade da continuidade do suporte em tempos de isolamento social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 13, n. 2, 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2003, p. 183.

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 13. ed. Campinas: Papyrus, 2007.

MOREIRA, J. A. M.; HENRIQUES, S.; BARROS, D. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia**, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan./abr. 2020.

ROCHA, G. F. S.; VIEIRA, M. de F. Educação inclusiva em tempos de pandemia: assistência aos estudantes da educação especial por meio da educação remota. **Dialogia**, São Paulo, n. 39, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/20600>. Acesso em: 23 out.2022.

RODRIGUES, F. S.; SEGUNDO, G. L. S.; RIBEIRO, L. M. de S. O uso do celular na sala de aula e a legislação vigente no Brasil. CONGRESSO SOBRE TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO, 3., 2018, **Anais Cultura Make na Escola.** Fortaleza, 2018, p. 111-122.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. **Pandemia.** Brasil Escola, 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/doencas/pandemia.htm>. Acesso em: 08 jun.2022.

SOUZA, F. F. de; DAINEZ, D. Educação Especial e inclusiva em tempos de pandemia: o lugar de escola e as condições de ensino remoto emergencial. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, 2020.

SCHMIDT, Beatriz et al. Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, 2020.

SHIMAZAKI, E. M **Fundamentos da Educação Especial.** 2006. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_el_sa_midori_shimazaki.pdf. Acesso em: 23 out. 2022.

TAJRA, S. F. **Informática na educação:** professor na atualidade. São Paulo: Érica, 1998.

WIKIPÉDIA. Enciclopédia livre. **Telefone celular**. Disponível em:
www.fundacaotelefonica.org.br. Acesso em: maio 2012.